

JORNAL DA UNIÃO

dos Movimentos de Moradia Popular — Março 1991

Mutirão

O trabalhador dando respostas
ao problema da moradia popular

CPV
30 ABR 1992
Setor de Documentação



CALENDÁRIO

O calendário das Plenárias e as propostas para 1991 estão na

PÁGINA 2

FUNDO DE MORADIA

A União está organizando um amplo debate para a criação de um Fundo Nacional de Moradia Popular.

PÁGINA 3

E MAIS...

*As secretarias
Prisões políticas
O que acontece
no interior
da União.*

PÁGINA 3

EDITORIAL

Sabemos que, somente com a implantação de uma política de reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, a democratização do solo urbano com a aplicação dos instrumentos constitucionais e uma efetiva distribuição de renda, onde os trabalhadores possam suprir suas necessidades básicas, podemos buscar uma reforma urbana capaz de equacionar a grave crise habitacional por que passa o país.

De fato, se considerarmos que os poderes públicos jamais apresentaram qualquer alternativa que possibilitasse aos trabalhadores, especialmente os de baixa renda, conseguir uma moradia; e que existe ao longo da história de nosso país um processo contínuo de arrocho salarial, agravado no governo Collor, por uma forte política de recessão e desemprego, temos, como consequência, milhares de famílias que a cada dia são despejadas ou que, simplesmente, ao se constituírem não têm qualquer alternativa para habitação.

É diante dessa situação que os trabalhadores passam a buscar, dentro de suas possibilidades e sem medir sacrifícios, uma forma de moradia, que deverá ser considerada não como uma opção, mas, justamente, como uma falta de opção. E é exatamente isso que acontece com as cerca de 1,5 milhões de famílias trabalhadoras que moram nas favelas, as quase 3,5 milhões que vivem nos cortiços (dados referentes somente à Capital Paulista), e às milhares de famílias que passam a procurar as áreas públicas, particulares ou conjuntos habitacionais com obras paralisadas.

A União dos Movimentos de Moradia entende que, assim como historicamente foram os trabalhadores que, às vezes até de maneira espontânea, encontraram uma saída para o problema habitacional, também, na conjuntura atual, cabe aos trabalhadores organizados optar, apesar de todo sacrifício que isso irá significar, pelo MUTIRÃO, onde os trabalhadores deverão ter a gestão dos recursos envolvidos e cada família deverá durante a obra cooperar solidariamente com as demais, como meio de conseguir sua moradia.

Assim, a luta dos movimentos de favelas que exigem a concessão de direito real de uso nas áreas públicas, a desapropriação ou usucapião nas particulares, e a urbanização das favelas, deve ser apoiada; bem como a luta pela desapropriação e reconstrução em mutirão dos cortiços; sem falar nos mutirões realizados pelos movimentos sem terra que apresentam qualidade e custo muito mais atrativos do que qualquer empreiteira capitalista.

Companheiro, nossa luta na quarta caravana para Brasília terá como eixo, justamente, a criação de um Fundo Nacional de Habitação que deve contar com recursos orçamentários da União e recursos do FGTS. Esse Fundo deve ser aplicado em programas que privilegiem o repasse de recursos às organizações de trabalhadores sem moradia, pois assim como a libertação da Classe Trabalhadora é tarefa dos próprios trabalhadores, a solução para a crise habitacional será escrita e executada pelos trabalhadores sem terra do nosso país.

EXPEDIENTE

JORNAL DA UNIÃO — publicação da União dos Movimentos de Moradia Popular da Grande São Paulo e Interior
Rua Miguel Rachid, 997 - CEP 03808 - São Paulo/SP
Apoio: FASE/SP
Reportagem: Adriana Palumbo, Nelson Baltrusis
Fotografia: Adriana Palumbo
Redação: Adriana Palumbo e Nelson Baltrusis
Jornalista Resp.: José Cláudio de Carvalho Palumbo - MTb 3256
Produção Gráfica: Forja Editora (011) 572-0309
Tiragem: 5.000 exemplares

A União fez a força



A falta de moradia é um problema que vem aumentando no decorrer da história, e em 1987, em função do aumento da imigração e da conjuntura nacional, começaram a pipocar em São Paulo várias ocupações de terra. Foi um período intenso, no sentido de apoio e organização dos movimentos.

A União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior começou a se reunir mais para debater os problemas regionais e locais, e a partir daí iniciou-se uma discussão para enfrentar o Governo Estadual e Federal, no sentido de se conquistar uma política habitacional que atenda o trabalhador de baixa renda. Até hoje a União mantém esta característica, é uma articulação em cima de propostas concretas para pressionar o Governo Estadual e o Federal.

A União teve grandes marcas de mobilização. Aliás, todo o movimento popular, se não tiver base de mobilização, deixa de ser movimento. E nesta trajetória, a União já organizou, a nível nacional, três Caravanas de Moradia para Brasília. A nível estadual, já organizou diversas passeatas, idas ao Palácio Bandeirantes, caravanas ao CDH, e várias ocupações de terra.

Este processo reivindicatório, que ocorre desde 87, pretende um maior amadurecimento: que não seja apenas para que a família seja proprietária de uma casa, que leve a pessoa a con-

quistar o direito, mas ela também ser consciente dos seus direitos e também do seu compromisso de participação e construção de uma nova sociedade. O que se quer não é apenas uma nova casa, mas também uma nova sociedade, onde cada pessoa que está na luta pela terra faça um caminho também nas lutas do sindicato, participe do partido político, da organização do seu bairro.

O movimento popular necessita, no decorrer de sua história, pequenas vitórias, como se fosse para tomar um certo fôlego, na caminhada para a libertação do oprimido. E a União compartilha suas pequenas vitórias entre os movimentos.

O mutirão tem sido a resposta do povo organizado, que luta por uma sociedade justa e igualitária. Neste sentido, a troca de experiências é bastante rica, e contribui para o avanço popular. A União promoveu duas visitas às Cooperativas Habitacionais do Uruguai, proporcionando um contato direto com a FUCVAM, movimento cooperativista muito forte e organizado no Uruguai.

E seguindo esta linha, a coordenação da União já tirou propostas de trabalho e planos de ação para 91 com o claro propósito de solidificar e fortalecer este movimento, que fez e faz a força!

CALENDÁRIO 91

Local das Reuniões:
Centro Pastoral São
José do Belém

Rua Álvaro Ramos, 366
(ao lado do Metrô Belém)

Horário: às 14:00 horas
SEM ATRASO!!!

Datas das Reuniões:
- 16 de fevereiro (sábado)
- 09 de março (sábado)
- 13 de abril (sábado)
- 11 de maio (sábado)
- 08 de Junho (sábado)
- 13 de Julho (sábado)

PROPOSTAS PARA 1991

- Projeto de Lei para criação de Fundo Nacional de Moradia Popular
- Semana Nacional e Internacional de Moradia: cooperativas e mutirões. Realização de um Tribunal de Moradia
- 4ª Caravana da Moradia para Brasília

Fundo de Moradia Popular

Você, com certeza, já ouviu, várias vezes que o problema da moradia será resolvido!

Você com certeza não acredita mais em soluções mirabolantes, muito tem-se falado, sobre moradia popular e pouca, bem pouca coisa tem sido feita. É certo que as experiências, que vêm ocorrendo em São Paulo, Diadema, São Bernardo e Santo André, a nível de construções de moradia por mutirão, mutirões nos cortiços, e urbanização de favelas, não deixa de ser uma pista, um norte, uma luz no fim do túnel!

Será?????

Não!!

Não porque, estes programas são, em primeiro lugar, regionais, a maior parte do município de São Paulo, com verba municipal através do FUNAPS-Comunitário, e, em Diadema e São Bernardo, com verba do Governo Federal através do PROHAB-Comunidade, e o problema da habitação só terá solução quando existir uma política de habitação popular, a nível nacional.

É preciso, pensar num instrumento, que viabilize a construção de moradia popular neste país, e que mexa fundo na distribuição de renda. Precisamos de uma lei, que diga claramente de onde virão os recursos (dinheiro) e quem vai pagar a conta!

Precisamos ocupar todos os espaços, e dizer, que não podemos mais esperar a boa vontade de governo e empresários, para que a população de baixa renda more com dignidade.

Estabelecido como proposta de luta pela União dos Movimentos de Moradia, para o ano de 1991, a proposta de criação de um Fundo Nacional de Moradia Popular, através de um projeto de lei, proposto por iniciativa popular, pretende articular um amplo debate, sobre moradia popular, com os mais diversos setores da sociedade organizada (Movimentos Populares, Partidos, Igrejas, Sindicatos, Associações, outras) enfim todas aquelas entidades e pessoas, que lutam pela melhoria da qualidade de vida.

Neste sentido, a União está organizando um ENCONTRO, para sistematizar e organizar as diversas propostas para o Projeto do Fundo; desenvolver um



calendário de eventos e atividades e os encaminhamentos necessários para que seja vitoriosa esta caminhada. Já foram confirmadas (até o fechamento desta edição do Jornal da União) as presenças de movimentos populares dos seguintes estados: Minas Gerais; Espírito Santo; Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Este ENCONTRO será realizado no próximo dia 23 de março, a partir das 8:30 horas na Câmara Municipal de São Paulo (Viaduto Jacareí, nº 100 - Centro).

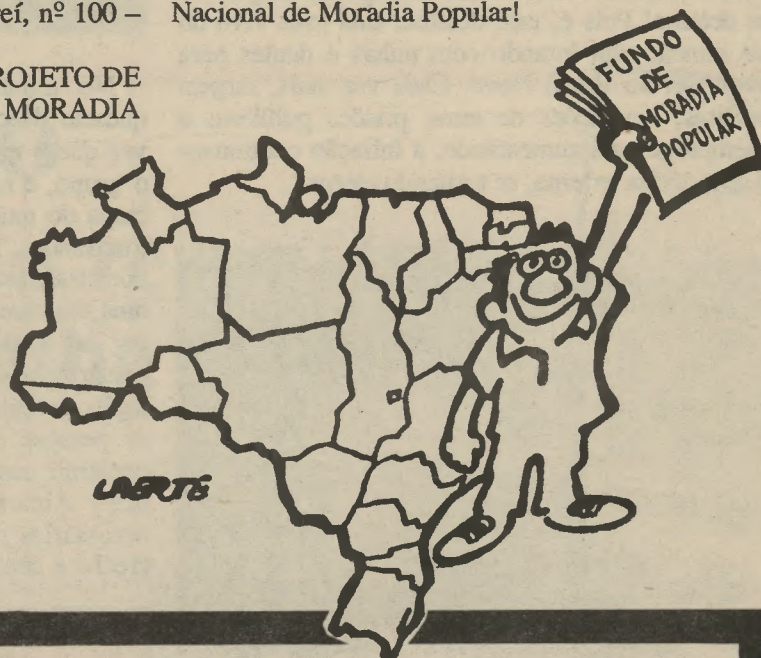
VENHA DEBATER E FAZER O PROJETO DE LEI DO "FUNDO NACIONAL DE MORADIA POPULAR".

UNINDO AS FORÇAS

A Secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo, Ermínia Maricato, em reunião com a coordenação da União, colocou-se na luta pelo Fundo Nacional de Moradia Popular. Garantiu levar a proposta do movimento para a Frente Nacional de Prefeitos, pois

com a ajuda das prefeituras será melhor a divulgação da Campanha para o Fundo.

No dia 19 de março, Ermínia Maricato e Socorro, da Sehab, padre Ticão e Wilson, da União, e a FASE estarão indo para um encontro com os movimentos do Rio de Janeiro, para discutir e debater o Projeto de Lei para o Fundo Nacional de Moradia Popular. A proposta é unir as forças, para ir se consolidando por todo o Brasil a Campanha pelo Fundo Nacional de Moradia Popular!



Conheça o Fundo

O Fundo Nacional de Moradia Popular, atenderá a população de baixa renda.

Quem administra? Os Movimentos de moradia receberão o financiamento para a compra da terra e construção da casa em mutirão. Entendemos que o dinheiro do trabalhador deve ser administrado pelo próprio trabalhador organizado.

O que é preciso para aprovar? União e luta!

Vamos coletar 1.000.000 de assinaturas em todo o Brasil, e na 4ª Caravana da Moradia

para Brasília, entregaremos e vamos lutar para que, deputados, senadores e o presidente da República, aprovem o Fundo Nacional da Moradia.

Esperamos, que a 4ª Caravana, este ano, não seja só pela moradia mas que os Movimentos de: Saúde; Educação; Menores; Alfabetização; Transporte; Aposentados; Deficientes; Contra a fome; Sindicatos; Partidos; Entidades de Direitos Humanos; Comunicação; Cultura e todos aqueles que estão, engajados na luta por uma sociedade justa e democrática.

ANOTE ANOTE ANOTE ANOTE ANOTE



Avanços

As secretarias da União estão dando passos na organização, definindo os membros de cada secretaria, e um plano de atividades para este ano, e que possa haver avanços na luta da Terra e Moradia!

Carnaval - Ipatinga

Representantes dos movimentos de moradia de Ipatinga (MG), visitaram os mutirões e participaram da reunião de coordenação da União. Representantes da União participaram de um seminário nos dias 23 e 24 de fevereiro. A cidade do Vale do Aço está a toda com o Fundo!

Dia Nacional de Luta

No próximo dia 15, faz um ano de pesadelo collorido. Haverá atos de protesto por todo o país. Em São Paulo será realizado na Praça da Sé.

União no Interior

Piracicaba e Campinas, estão sendo os primeiros passos para a articulação de uma Secretaria do Interior para que os caminhos e as propostas, dos movimentos de moradia sejam fortalecidos pela União no encaminhamento das lutas!

Se, o seu movimento, faz parte ou não da União, e não está recebendo informações ligue para: Rildo (011) 291-0492 ou Neto (011) 239-2493

Cortiços

As 54 famílias ligadas ao movimento de moradia, que moram no cortiço da Celso Garcia no Brás, estão vitoriosas. Após muita luta, conseguiram que a Prefeitura desapropriasse o cortiço e o entorno dele, para um projeto de intervenção urbana que dá ênfase à produção de moradias populares na área central.

Presos Políticos

No dia 28 de dezembro do ano passado, o juiz de Diadema decretou a prisão de Manoel Boni e Romildo Raposo, vereadores daquele município, porque eles se colocaram contra o despejo de 1.300 famílias que ocupavam a Vila Socialista.

Hoje, passados três meses, eles continuam presos, e ainda não foi encontrada uma solução para os sem-teto da Vila Socialista.

Até quando moradia será caso de polícia?

Ato na Câmara

No dia 1º de março, um ato pela libertação de Boni e Romildo, foi realizado na Câmara Municipal de São Paulo, com a intenção de sensibilizar a opinião pública e a sociedade civil diante de tão grande afronta à liberdade.

Mutirões: o povo enfrentando a crise de habitação

Por que as pessoas organizam grupos para construir juntos as suas casas? É certo, público e notório que o problema da moradia popular é um, senão o mais grave, desarranjo social em nosso país. É certo também, e pena que seja assim, que a "modernidade" na nossa pátria, signifique passear de jet-ski, importar queijos e vinhos, passear e soltar planos, parodiando um programa de TV que parodia a realidade brasileira... E o povo? O povo é um detalhe! Pois é, este detalhe, está mais vivo do que nunca, está lutando com unhas e dentes para sobreviver ao Brasil Novo. Cada vez mais, surgem conflitos, ocupações de terra, prisões políticas; o desemprego está aumentando, a inflação continuando, e a dívida externa, se tornando eterna...



Diante da problemática da falta de moradia no país, e da não existência de resposta positiva no sentido de se encaminhar propostas viáveis de moradia para o trabalhador de baixa renda, os movimentos estão se organizando e articulando em cima de uma última alternativa: O MUTIRÃO.

O mutirão é a última forma de fazer acontecer a moradia popular neste país. É o trabalhador se organizando e economizando o valor da mão-de-obra para a construção das casas; é o lucro da empreiteira que deixa de existir, e desta forma o dinheiro "dá para construir mais casas", e atender mais famílias necessitadas (e automaticamente menos atravessadores do dinheiro público).



Organização Interna

No trabalho de mutirão, se resgata muito a questão da organização e divisão do trabalho, uma vez que o mutirante vai construir casas para o todo, o grupo, e não apenas para si. A terraplenagem é a etapa do mutirão em que a comunidade está se estruturando. Tanto nas relações humanas como administrativas. A implantação do canteiro de obras é uma das fases mais difíceis, onde as famílias passam por um certo desânimo. A vontade de começar a construir as casinhas muitas vezes atropela a instalação do canteiro. É função do movimento manter as pessoas com o pé na realidade. Não dá para construir casas sem criar infra-estrutura para o mutirão. Almojarifado, banheiro e chuveiro são tão necessários para o mutirão quanto o tijolo. Cozinha, creche e centro comunitário são aparelhos que faci-

litam a firmação de relações humanitárias, e o mutirão tem que ser um centro de convivência.

Fase Final

Quando se chega à fase final do mutirão, já se amadureceu bastante... As pessoas olham para trás, e notam que percorreram uma grande caminhada. A qualidade das casas construídas em mutirão dá um banho nas construídas por empreiteiras, em todos os sentidos!

O mutirão é a população dando resposta ao problema da habitação e para toda a sociedade, no sentido de que é possível e perfeitamente viável se construir um mundo mais justo, onde as pessoas são igualitárias e convictas da transparência, justiça, democracia e União!



FINANCIAMENTO E AUTOGESTÃO

A prefeitura de São Paulo, através do Programa Funaps Comunitária financia os mutirões do município, num total de 44 convênios firmados com Associações de no mínimo 20 e no máximo 200 unidades. O Funaps Comunitário é um programa de financiamento a fundo perdido, que atende as famílias com renda de 0 a 5 salários mínimos, e que só pagam depois que mudam para as casas, e numa porcentagem a partir da renda familiar.

A CEF (Caixa Econômica Federal), através do Programa Prohab Comunidade financia projetos pilotos em São Bernardo e Diadema. A faixa de renda para entrar no convênio com a CEF é de 1 a 10 salários mínimos, e depois, as prestações são de acordo com o valor do financiamento.

Superando formas centralizadas de gestão pelo

poder público ou empresas privadas e sistemas individuais e rudimentares de produção de moradia, como a autoconstrução, se abriu uma perspectiva com o estímulo à autogestão. O financiamento direto para as associações, significa um enorme passo no sentido de garantir a participação popular e dividir o poder e as responsabilidades da administração pública com a sociedade organizada.

O mutirão autogerido – com recursos para contratar assessoria técnica, parte da mão-de-obra e equipamentos de trabalho – constitui, neste sentido, uma forma de superar a baixa produtividade e o atraso tecnológico característico da autoconstrução, ganhando em custo, tempo de produção e qualidade, além de gerar um forte processo de mobilização e participação popular.

RELAÇÃO DOS MUTIRÕES DA GRANDE SÃO PAULO

- Associação dos Sem Terra da Leste I 82 unidades.
- Associação de Construção por Mutirão Jd. S. Francisco I 160 unidades.
- Associação de Construção por Mutirão Jd. S. Francisco II 157 unidades.
- Associação de Construção por Mutirão Jd. S. Francisco III 164 unidades.
- Associação de Construção por Mutirão Jd. S. Francisco IV 159 unidades.
- Associação de Construção por Mutirão Jd. S. Francisco V 161 unidades.
- Associação dos Moradores do Itaim Paulista e adjacências – 38 unidades.
- Associação Comunitária Lfrios do Itaim – 206 unidades
- Associação dos Moradores do Jd. Miriam II – 100 unidades
- Associação dos Moradores do Conj. Habit. Baltazar Cisneiro – 200 unidades
- Associação dos Moradores do Conj. Habit. Lapena – 170 unidades
- Associação dos Moradores do Conj. Habit. Campanha Gaúcha 127 unidades
- Associação dos Trabalhadores Sem Terra do Cond. Santa Marta 77 unidades
- Associação dos Trabalhadores Sem Terra do Portal S. Marcos 104 unidades
- Associação dos Trabalhadores Sem Terra do Conj. Habit. Mov. Unido 176 unidades
- Sociedade Amigos do Fase II 200 unidades
- Associação dos Sem Terra da Zona Leste – 37 unidades
- Associação de Moradores da Vila Arco Íris – 88 unidades
- Associação de Moradia 23 de Outubro 107 unidades
- Sociedade Amigos do Fase II 99 unidades
- Povo em Ação e Unidos Venceremos 194 unidades
- Povo em Ação – 200 unidades
- Associação de Construção por Mutirão Pq. Res. Pedra Bonita 172 unidades
- Associação de Construção por Mutirão Conj. Res. V. Linda 131 unidades
- Movimento Pela Moradia 4º Centenário Terra, Casa, Paz 200 unidades
- Associação Comunitário Barro Branco I – 50 unidades
- Associação Comunitário Barro Branco II – 50 unidades
- Associação Comunitário Barro Branco III – 50 unidades
- Associação Comunitário Barro Branco IV – 50 unidades
- Associação Comunitário Vida Nova 50 unidades
- Associação de Construção por Mutirão União do Povo – 200 unidades
- Associação de Construção por Mutirão João de Barro – 200 unidades
- Associação de Construção por Mutirão Juntos Venceremos 200 unidades
- Associação de Construção por Mutirão Chico Mendes – 200 unidades
- Associação Comunitária de Construção por Mutirão Boa Esperança 106 unidades
- Movimento Quero um Teto 38 unidades
- Assoc. de Construção Comunitária Jd. Celeste – 200 unidades
- Grupo por Moradia do Alto Riviera 27 unidades
- Associação de Construção Comunitária Sudeste – 150 unidades
- Associação de Construção por Mutirão Conj. Hab. Por do Sol 100 unidades
- Associação dos Trabalhadores Sem Terra Conj. Paraíso – 49 unidades
- Cooperativa Habitacional Lfrios do Vale – 125 unidades
- Cooperativa de Construção por Mutirão Remanescentes da Liberdade 125 unidades
- Associação Centro Comunitário Jd. Vista Alegre – 50 unidades
- Associação de Construção Comunitária de Diadema 100 unidades
- Associação de Construção Comunitária Jd. Industrial 50 unidades